



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 4/2010**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO  
DE 2010: -----**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Engº. Carlos Manuel Brites Monteiro, Enfª. Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Juan António Oliveira Apolinário, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Drª. Maria da Conceição Oliveira, Drª. Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Dr. Vitor Manuel de Jesus Barreira, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Sr.ª Sara Raquel dos Santos Fresco, Dr. Vitor Miguel Seabra Lourenço, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheiro, Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço e Sr. Gabriel Pinho, encontrando-se ausente a Drª. Zélia Domingues Morais.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e a ausência anteriormente referidas.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia** informou que nesta sessão da Assembleia se iria usar uma metodologia diferente no desenrolar dos trabalhos, sendo que as inscrições dos deputados seriam organizadas por grupos de três elementos. Esclareceu ainda, que assim que se esgotasse o tempo, não seriam aceites mais inscrições, solicitando aos membros da Assembleia brevidade nas suas declarações. -----

-----Mais informou, que todas as solicitações interpostas por cada grupo interveniente teriam resposta em seguida do Executivo.-----

-----Entretanto, o **Sr. deputado Ricardo Costa (PSD)** solicitou autorização ao Sr. Presidente da Assembleia, para fazer a seguinte interpelação à mesa. -----

*“Mais uma época balnear que passou, e o nosso concelho, em especial a Praia, pois é a zona em destaque nesta altura, continua na mesma, ou continua a caminhar por um caminho que não é o melhor. Podemos dizer que nem tudo é mau, pois algumas iniciativas e programas são bons e mostram algo de bom do concelho, mas a primeira imagem que fica, é que não é a melhor. Como eu, muitos dos que aqui estão hoje, têm noção do que foi esta época balnear, a qual deixou mais uma vez muito a desejar, onde algumas situações tivessem tido mais atenção e vontade do Executivo, a imagem seria logo outra.”-----*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não falo só por mim, pois não foi nem um, nem 2 ou 3 comentários de visitantes que eu ouvi, a falarem do estado em que a Praia de Mira se encontra, e que a cada ano que passa não há nada de novo e que parece que está ao abandono. Podem dizer que são amigos da minha cor, alguns até sei as cores políticas, mas outros nem sequer me interessou saber. -----

-----Vejamos alguns pontos, onde acrescento algumas ideias simples: -----

-----**Pista Ciclo pedonal:** -----

-----Mais uma vez, o mau estado das pontes na zona da Praia de Mira. -----

-----Demora na limpeza das margens da mesma.-----

----- **Parques de Lazer e merendas:**-----

-----Manutenção da zona a sul da Varanda Verde, deixa algo a desejar; -----

-----Demora nas rondas de limpeza dos caixotes e nos espaços dos mesmos; -----

-----Tem de se pensar em condições sanitárias no parque mais a sul da Praia; -----

-----Limpeza e levantamento do lixo no parque de merendas da Lagoa, há já algum tempo que não é feita; -----

-----**Barrinha**-----

-----Canavial nas margens; -----

-----Limpeza e mau aspecto, para quem passa nas margens;-----

-----Se não for para a limpeza geral, tipo manutenção 3 em 3 meses.... Não se pode estar à espera do POLIS para resolver o assunto, é preciso fazer uma intervenção com brevidade. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Contentor do lixo:**-----

-----*Falta de limpeza que dá um mau aspecto e mau cheiro à sua volta;*-----

-----*Por exemplo, mais 1 vez, pois é constante aos fins-de-semana há já muitos anos, o acumular de lixo nos caixotes juntos dos estabelecimentos comerciais mais a sul da Praia de Mira, no dia 12 de Agosto, voltaram a estar repletos de lixo, a ERSUC passou e só recolheu o que estava no interior dos contentores, o que estava à volta dos ecopontos, só no dia 13 à noite ou já dia 14 é que foi recolhido;*-----

-----*Lavagem dos mesmos, foi feita alguma? Não pareceu...*-----

-----**Parque de campismo Municipal**-----

-----*Bungalows, porque não se concluem de uma vez para se começar a ter mais receitas*-----

-----*Chamam turismo*-----

-----*Implica também a limpeza do lado do mar*-----

-----*Qual foi a receita do Parque este ano? Certamente não foi a estimada do orçamento deste ano*-----

-----**Areal**-----

-----*Tive o cuidado de no passado dia 14 de Setembro, de alertar o Vereador Miguel do estado vergonhoso, que se encontrava a zona do 1º paredão*-----

-----*Esta semana já estava melhor, mas podia e devia estar bem melhor*-----

-----*Isto foi só um exemplo...*-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Porque não fazer como em outros locais, ao fim do dia um tractor fazer uma limpeza no areal? -----

-----**Parques de estacionamento** -----

-----Não houve qualquer intervenção este ano, ou se houve foi mínima, pois o estado em que estão é o que se vê -----

-----**Estrada e margens que contorna o lago do mar**-----

-----Estado, limpeza, cuidado... já era tempo de mudar a cara daquela zona... -----

-----**Estrada que liga a rotunda da Pescanova, ao Palheiro (Est. Da Florestal Nº1):** -

-----Está imprópria para bicicletas, quanto mais para carros -----

-----Ainda na última AM foi falada, e nada foi feito ... -----

-----**Zona entre a pista ciclo pedonal e a EN334, na zona que liga a rotunda da Lagoa à rotunda da entrada da Praia:** -----

-----Podia estar bem mais acolhedora -----

-----Por exemplo com algumas mesas e caixotes do lixo para as pessoas que nos visitam, poderem almoçar ou lanchar em condições; -----

-----E mais podia falar ou repetir o que já foi falado várias vezes... Mas continua-se a falar e as situações continuam na mesma. -----

-----Tudo é complicado de fazer neste concelho... mas nas alturas das promessas tudo parece fácil. -----

-----Não é preciso ir muito longe, basta olhar para alguns exemplos dos concelhos vizinhos... -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*Estamos a ficar para trás...*-----

-----*Acho que está na altura de começar a preparar e a pensar em **qualidade**, para a Praia de Mira, onde por exemplo, resolver alguns dos pontos falados anteriormente, daria uma melhor imagem da Praia e do concelho.*-----

-----*Se não há dinheiro para investir, pelo menos vamos cuidar e melhorar o que já temos no concelho, que em muitos casos, são espaços naturais únicos, onde não se vê em mais lado nenhum.*-----

-----*Para terminar, gostava de ouvir do Executivo um balanço desta época balnear.”*--

-----De seguida, interveio **o Sr. Engenheiro Coquim (PS)**, na qualidade de deputado Municipal e não na qualidade de membro da mesa, quis apresentar duas questões.-----

-----Começou por se reportar à Escola do Seixo e nomeadamente ao número de funcionários ao serviço. Considerou haver poucos funcionários ao serviço, e que até já teria sido necessário recorrer ao apoio dos pais na hora do almoço. Questionou o Executivo sobre o que pretendariam fazer quanto a este assunto.-----

-----Informou que em frente a uma habitação no Seixo de Mira, estaria a ser construído um passeio, que considerava ser um “obstáculo”, por exemplo para um deficiente.-----

-----Questionou então, os serviços camarários, para saber qual o desenho/projecto utilizado para definir os perfis, incluindo ruas, passeios, lancis, etc. Mostrou interesse em saber se existem perfis específicos para determinados tipos de ruas.-----

-----De seguida foi dada a palavra, ao **Sr. Deputado Municipal Pedro Nunes (PSD)** que alertou para o facto de uma boca-de-incêndio ter “rebentado” (parcialmente) no



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

início do ano, e desde então ter ficado a verter água. Afirmou que a equipa de águas, quando se encontrava a fazer um ramal de água, provisório, próximo da referida boca, terá sido alertada para a situação, mas que nada teria sido feito e que a situação se manteve durante algum tempo.-----

-----Informou ainda, que contactou o encarregado da equipa de águas, voltando a alertar para o problema, tendo sido o mesmo solucionado. Ao terminar a sua intervenção sugeriu que responsáveis pelas leituras, que vigiassem este tipo de situação, evitando assim que se prolongassem no tempo. -----

----- No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Reigota**, cumprimentou todos os presentes e começou por se reportar à intervenção do **Sr. Deputado Ricardo Costa**, e ao “balanço” que fez da Praia de Mira na época balnear. Disse discordar da sua opinião, considerou que a Praia de Mira, mesmo apresentando algumas dificuldades e problemas estruturais, era uma Praia de qualidade, e disso era prova a “procura” pelo Turismo. Era certo que a Praia de Mira tinha os seus problemas a nível ambiental, de limpeza, de preservação, etc., mas referiu que a Câmara Municipal fazia tudo o que estava ao seu alcance, para conseguir suavizar essas questões.-----

-----Considerou a Praia de Mira “*como um desafio constante*” devido as dificuldades que apresenta, mas sendo responsabilidade de todos. -----

-----Quanto às obras do Polis, mencionou que estariam para breve desejando que a crise não colocasse entraves, pois o mesmo traria prestígio à Praia de Mira, Barra, Lagoa, etc.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à comparação com os concelhos vizinhos, declarou que na sua opinião não achava que estivessem em desvantagem. -----

-----Lamentou o facto de se desvalorizar a efeméride dos 25 anos da Bandeira Azul, e a intervenção que estava a ser realizada em frente ao mar e em início de trabalhos, bem como de obras a decorrer em outras infra-estruturas, com um pedido de balanço da época balnear.-----

-----Terminou a intervenção concordando com o facto de existirem algumas dificuldades na Praia de Mira, mas mesmo assim esta continuava a ser visitada e procurada por imensos turistas. -----

-----Relativamente à declaração do **Sr. Deputado Pedro Nunes**, referiu que iria pedir responsabilidades aos serviços. Mais, esclareceu que a equipa das águas se encontrava constantemente no terreno, mas que apesar dos esforços, as dificuldades eram imensas.-

-----No sentido de responder ao **Sr. Eng.º Calisto Coquim**, passou a palavra para o **Dr. Miguel Grego**, Vereador do Pelouro.-----

-----O **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego** começou por informar que efectivamente ter-se - ia verificado uma diminuição de alunos na Escola do Seixo. Teriam sido constituídas apenas duas turmas e que estaria previsto 1 funcionário para cada turma. No caso do Seixo, havia uma turma que estava no raiar da ilegalidade, tinha 23 alunos, e eram 43 alunos que estavam inscritos no Seixo e que todos eles usufruíam da alimentação. Para as duas funcionárias, não era fácil ter 43 alunos a almoçar com 2 pessoas a ajudar. Disse que a situação seria em breve resolvida. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mais, informou que iria haver o apoio da Associação de Pais, devido à parceria existente entre os mesmos e a Câmara Municipal de Mira.-----

-----De seguida interveio novamente o **Sr. Presidente da Câmara**, respondendo à questão sobre os “passeios”, levantada pelo Sr. Eng. Calisto Coquim, informando que os Planos de Urbanização e Planos Pormenor prevêem, por lei, em cada rua, os perfis e áreas dos passeios, sendo que todas essas situações estariam acauteladas. Relativamente ao caso em concreto que tinha sido exposto, pediu mais detalhes acerca da rua, para assim poder apurar o caso.-----

-----Usou da palavra o **Sr. deputado João Nogueira (PS)**, que começou por felicitar o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, pelos resultados da Mostra Gastronómica que se teria realizado na Praia de Mira, no presente mês. Felicitou ainda, o Grupo Folclórico de Portomar que “abrilhantou”, o evento com as suas danças e cantares.-----

-----Seguiu-se o **Sr. deputado Carlos Milheirão (PS)**, começando por questionar se efectivamente a Câmara Municipal de Mira teria sido multada pela ARH devido à intervenção da Barrinha, como teria ouvido. Prosseguiu e referindo-se ao passadiço que estava a ser construído na Praia de Mira, achou que as estacas estavam a ser enterradas a pouca profundidade e que dos três acessos à praia, pelo menos um deveria ser em rampa.-----

-----Alertou ainda para a situação dos esgotos da Videira, questionando se a Câmara Municipal tinha hipótese de colocar massa asfáltica no “rasgo” que estava na estrada. Também, e relativamente ao espaço entre a lota e o muro da lota, alertou que o muro em



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

betão apresentava um fractura, que já teria sido comunicado, ressaltando que descartava toda a responsabilidade, caso houvesse algum problema relativamente aquela situação. Referiu também a própria limpeza daquele espaço, onde disse já ter assumido a limpeza do mesmo, caso lhe tivesse sido facultado um meio de transporte e uma retroescavadora para tirar a areia suja, porque lá a ARH não se opunha à remoção da mesma. -----

-----Considerou que se deveria arranjar forma para pedir à ARH para remover, 3 ou 4 metros de areia, que estão na ponta da duna, junto do acesso ao passadiço que começa na parte norte da lota, que constantemente caía para a estrada, removendo-a para a praia. Por último alertou para a marcação das passadeiras, sugerindo que as mesmas fossem feitas em pavé, assim como as marcações da estrada. -----

-----Interveio de seguida o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)**, começando por se referir à Mostra Gastronómica da Praia de Mira, concordando também que a mesma teria sido muito concorrida, mas pediu à CMM que numa próxima edição, se pensasse em alargar o espaço e melhorar as condições de trabalho. -----

-----Continuou a sua intervenção, questionando o Sr. Presidente da Câmara, sobre a data de assinatura do protocolo com a Junta de Freguesia dos Carapelhos, que teria sido aprovado nas Assembleias de Junta de Freguesia e Assembleia Municipal, e que até à data não tinham sido chamados, para a assinatura do mesmo assim como para receber o “dito dinheiro”. -----

-----Questionou ainda, relativamente a um ofício que o Sr. Presidente da Câmara teria enviado, quanto a um subsídio extraordinário atribuído pelo mesmo, relativamente “aos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*muitos eventos das associações”, passando a citar resumidamente o conteúdo do ofício “ seis mil euros para Mira, 5 mil euros para o Seixo, 5 mil para a Praia de Mira e para os Carapelhos mil euros”, considerou ser uma “discriminação a 100%”. Disse com veemência, não admitir, que se dissesse que nenhuma Junta tenha tido tantos eventos como teve a dos Carapelhos. -----*

*----- Disse ainda que a edição do Livro da Junta, mais uma vez tinha sido discriminado, pois o mesmo não teria sido subsidiado, para além de não ter estado ninguém da Câmara presente na cerimónia do seu lançamento, apesar dos convites enviados. Lamentou ainda o facto de o Município de Mira não estar representado no Roteiro promovido pelo Turismo do Centro, em Tondela, assim como também lamentou que a mostra gastronómica não tivesse tido divulgação naquele roteiro, como tantas outras iniciativas de outros concelhos. -----*

*-----No uso do direito de resposta o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, começou por se referir à intervenção do Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira, comungando com as suas sugestões e preocupações. No entanto, considerou que a Câmara Municipal faz o que pode. Falando concretamente dos problemas, disse, agora podia-se falar do projecto da nova avenida lembrando que ainda há poucos meses falavam de ruínas, promiscuidade e problemas sérios na Praia de Mira. Disse não se poder esquecer de facto, se vivem na Praia de Mira e se todos a conhecem, não podemos nunca esquecer as melhorias que se estão a fazer, questões inerentes a projectos em tempos de crise, em tempos de dificuldades que estão no terreno para valorizar a Praia de Mira. Quanto às*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questões de rampas, de acessos a deficientes, a Câmara Municipal estava a cumprir, disse ser evidente que as obras e projectos tinham de ser acompanhados e reconheceu todavia que algumas coisas podiam não estar bem. -----

-----Disse que a Câmara estava em articulação com a ARH para resolver o problema do muro, referido pelo Sr. Presidente da Junta. Disse ter conhecimento da situação e das questões de limpeza. -----

-----No que tocava à questão das passadeiras, disse concordar, que teria de se melhorar, as mesmas “desaparecem” com facilidade, devido ao próprio clima, assumindo que tem de se rever a situação das mesmas. -----

-----Ainda no tocante à questão da “multa”, disse só ter conhecimento de uma multa de há dois ou três anos, por uma “triste história de jacintos”, mas que na actualidade não tinha qualquer informação sobre isso. -----

-----Reportando-se à intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD), começou por dizer, que lhe poderia responder a todas as suas interpolações de uma forma directa, afirmando que na sua intervenção havia alguns equívocos, sobre os direitos e deveres das Autarquias. As Autarquias são independentes, a Junta de Freguesia dos Carapelhos é independente da Câmara Municipal. Considerou que esta articulação que existia com as Juntas de Freguesia acontecia no Concelho de Mira, de forma salutar, mas que tinha de ser compreendida pelos Presidentes de Junta. -----

-----Referiu que os tempos eram difíceis, as dificuldades eram enormes, viam-se aflitos para cumprir os programas estabelecidos. As próprias Juntas de Freguesia tinham essas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmas dificuldades económicas. Disse que se as Juntas de Freguesias tinham dificuldades económicas, esse problema era das Juntas ou quando muito do Estado. Porque a própria tutela definiu isso em termos legais, que as Juntas recebiam dinheiro directamente do Estado, tendo que prestar contas directamente ao Estado e não à Câmara Municipal. Não existiam essas formas promíscuas que às vezes pretendemos fazer, de que a câmara era responsável por tudo aquilo que se passa nas Juntas de Freguesia. Salvaguardando-se naturalmente os belos trabalhos que algumas Juntas de Freguesia faziam, que às vezes eram da responsabilidade da Câmara. -----

-----Reiterou que a Câmara Municipal de Mira, apoiava, sempre que podia, as Juntas de Freguesia. -----

-----Aludindo à questão do Executivo não ter participado no evento do lançamento do livro da Junta de Freguesia dos Carapelhos, disse recordar o lançamento do mesmo, pediu desculpa por a Câmara não se ter feito representar. -----

-----Por fim, felicitou a intervenção do Sr. deputado João Nogueira, que falou pela positiva acerca da mostra gastronómica. -----

-----O **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** voltou a questionar o Sr. Presidente da Câmara, sobre quando seria a assinatura do protocolo com as Juntas de Freguesia. -----

-----No uso de direito de resposta, o Sr. Presidente da Câmara, começou por dizer que o Sr. Presidente da Assembleia se devia lembrar, que teriam conversado com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, não teria sido uma conversa muito pacífica. A Câmara deliberou de boa fé sobre a assinatura dos protocolos. A Assembleia deliberou



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

favoravelmente sobre a outorga dos protocolos com a abstenção dos Presidentes de Junta, à excepção do Sr. Presidente da Junta do Seixo o que deixou o Executivo numa situação muito complicada, ou seja, o Sr. Presidente da Junta absteve-se na tomada de decisão e agora estava a pedir satisfações quanto à data para a celebração dos protocolos. -----

-----Em seguida interveio o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, começando por dizer que havia a necessidade de serem concisos, e pediu ao Sr. Presidente da Câmara que fosse preciso quanto às deliberações tomadas na Assembleia. A Assembleia deliberou por maioria com 2 votos contra de Presidentes da Junta e uma abstenção, aprovou a assinatura do protocolo de delegação de competências. Considerou ser uma decisão da Assembleia e que nada tinha a ver com o facto de um presidente da Junta se ter absterido.-----

-----Logo de seguida, usou da palavra o **Sr. Deputado Dr. José Garrucho (MAR)**, disse na sua opinião que depois do Verão, existem algumas situações para repensar. Referindo-se à intervenção do Sr. deputado João Nogueira, disse partilhar da sua opinião quanto à forma como correu a XIII Mostra Gastronómica. Elogiou o Município, por ao longo de treze anos ter levado à prática uma mostra daquilo que melhor na gastronomia local se fazia, considerando no entanto, que se poderia repensar o formato da mostra gastronómica. Sugerindo que passasse a existir um regulamento da própria mostra gastronómica, um júri que determinasse se o referido regulamento está a ser



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprido, e deviam ser atribuídas menções honrosas a quem cumpre e faz bem a mostra daquilo que melhor em gastronomia se fazia, assim como a apreciação global do evento.

-----Ainda e no tocante à Mostra Gastronómica disse que a mesma devia obedecer à certificação de qualidade do que lá era feito. Os restaurantes e entidades que lá estavam presentes, deviam apresentar as coisas de forma adequada, promocional e devia ser incluído a obrigação de quem participava na mostra, de ter ao longo do ano nos seus cardápios, aquilo que ali apresentava.-----

-----Quanto à Festa de S. Tomé, questionou o Executivo, se o orçamento da mesma teria sido de 150 mil euros. Além disso, questionou também se o cartaz de uma festa de 4 dias que teria estado a tapar a fachada do Edifício Camarário cerca de dois meses, e se o fecho da avenida que teria estado fechada durante quase 15 dias, teriam trazido visitantes e promoção do concelho, tendo em atenção que nesse mesmo período decorriam as festas do Concelho de Cantanhede que se realizavam com uma dimensão estrondosa e que “abafavam” o esforço que a Câmara Municipal de Mira fazia. -----

-----Por último, referiu-se à “lamentável” reportagem que teria passado na televisão, levantando a questão, como se poderia evitar que o tal acontecesse. Nesse sentido, propôs, em nome do grupo municipal do MAR, que o primeiro tema de uma Assembleia temática fosse o turismo, para se debruçarem seriamente e com tempo, sobre essas questões, que considerou profundamente essenciais para o desenvolvimento do Concelho.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado Dr. Paulo Grego (PS)**, que se congratulou, pelo facto de pelo quinto ano consecutivo, não terem tido grandes problemas com os incêndios, comparativamente com o resto do país. -----

-----Questionou o Sr. Presidente da Câmara o que estava a ser feito para preparar a época de Inverno, nomeadamente quanto à possibilidade de haver cheias. -----

-----Finalizando a sua intervenção, e reportando-se à intervenção do Sr. deputado José Garrucho no tocante às Festas do Concelho, disse não haver comparação com as festas de Cantanhede, sendo errado chamar-lhe “Festas”, mas sim “Exposição”. Disse sim, que Mira é que tinha festas, e daí ter a Reconstituição dos Romeiros e ser naquela data e que mesmo à escala do Concelho, as festas seriam claramente para continuar nessa data. ----

-----O **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, no uso da palavra disse que Mira continuava a falhar nas suas opções, na falta de um planeamento sustentável. -----

-----Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, informações correctas e adequadas sobre a situação actual do Montalvo. Mais solicitou informação se o Executivo tinha conhecimento de recentemente ter sido retirado material -----

-----Ainda relativamente ao Montalvo, questionou, que acções foram desenvolvidas ou estavam previstas para o desenvolvimento daquela zona do Concelho. -----

-----Para finalizar, quis deixar registado, sem surpresa, a falta de qualquer tomada de posição sobre a introdução de portagens nas SCUTS, considerando ter havido uma cumplicidade absoluta com a política do governo. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra, para dar resposta às intervenções dos Srs. deputados.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. deputado José Garrucho, manifestou concordância quanto à necessidade de repensar as coisas que estavam no terreno, elogiando o concretizado, deu como exemplo a Mostra Gastronómica. No entanto alertou para o facto de que todo aquele reequacionar de actividade traria mais encargos financeiros. --

-----Quanto às festas de S. Tomé disse que as contas deveriam aproximar-se de metade do valor questionado pelo Sr. deputado. Informou ainda que o valor que tinha sido questionado se reportava ao ano anterior. Ainda, quanto ao facto de se fechar a avenida, disse que era uma opção do Executivo, e que a mesma não esteve fechada. Mas sim, “aberta ao público”, “aberta ao turismo e à consciência cultural e cultural”. -----

-----Disse também não comparar as festas de Mira com as de Cantanhede.-----

-----Ainda, quanto às questões divulgadas pela televisão, eram questões difíceis de controlar. -----

-----Prosseguiu e quanto à intervenção do Sr. deputado Dr. Paulo Grego, reconheceu a importância e pertinência da questão colocada sobre os incêndios. Considerou que o Concelho de Mira tem tido sorte, mas também, que havia por parte do Executivo a constante preocupação na prevenção dos mesmos. -----

-----No tocante da chegada do Inverno e das cheias, informou que há que continuar a planear, prosseguir com os projectos e com as intervenções junto das linhas de água.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Sobre a intervenção do Sr. deputado Prof. José Frade, reportando-se à questão do Montalvo, o Sr. Presidente da Câmara disse que o assunto foi bem explicado numa reunião de Assembleia Municipal, pelo advogado do Município e que a mesma se encontrava em tribunal. -----

-----No entanto cedeu a palavra para o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego para esclarecimentos adicionais.-----

-----Autorizado a intervir, o Sr. Vereador começou por informar que relativamente ao Montalvo existiam basicamente dois processos distintos, um processo no que dizia respeito à validade do contrato com a empresa, processo esse, que a Câmara já teria ganho em tribunal e que por decisão do tribunal o mesmo era válido e uma segunda acção, que se encontrava no Procurador do Ministério Público, derivada de uma denúncia “politizada”, feita em altura de eleições ou de processo pré-eleitoral. Mais, disse que o Executivo não conseguia afirmar, se havia sido ou não, no curto espaço de tempo, roubada areia. Mas sabiam quem teria lá andado de jipe a tirar fotografias para mandar a denúncia para o Procurador. -----

-----Informou ainda que naquele momento, enquanto a questão estivesse no Procurador do Ministério Público, a Câmara Municipal de Mira, não podia colocar em prática as intenções que tinha para aquele espaço. Também e para além das questões judiciais, informou que quanto às questões técnicas, o que tinha sido feito, tinha sido um rebaixamento do nível da cota que estava, que teve que ser feito para a auto-estrada lá poder passar em escavação. Naquele espaço, como em todos os espaços das manchas de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empréstimo ao longo da auto-estrada, no país, todos os terrenos baixaram para a cota da auto-estrada. Disse que estava validado na mancha de empréstimo do RECAPE, o estudo do impacto ambiental validou aquela mancha de empréstimo, como areia para retirar. Portanto o que aconteceu, era que eventualmente, fruto “daquilo estar como está” pode haver pessoas que pontualmente poderiam retirar de lá alguma areia, mas referiu que a Câmara estava a realizar acções inspectivas, fiscalizadoras para tentar “apanhar” alguém que o fizesse. Além disso, tinha sido pedida colaboração ao SEPNA para que o fizesse também. -----

-----Por último, no que tocava às SCUTS, informou que os munícipes de Mira iriam ter descontos. -----

-----Foi manifestado por alguns deputados algum desagrado pelo facto de não lhes ter sido concedida a palavra, apesar de terem expressado essa vontade. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** explicou que o regimento impunha o período de uma hora para o “período antes da ordem do dia”, o que tinha já sido excedido, daí o ponto estar encerrado. -----

-----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

-----**PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usou da palavra, o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, em representação do Executivo, o qual fez referência ao relatório apresentado da situação financeira da Autarquia, considerando-a bem registada e elucidativa. -----

-----Usou da palavra o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, que se lastimou pelo facto de o relatório não ser explicado, dizendo que “*compete regimentalmente e por dever, a quem efectua o relatório, explicar as opções e os números*”. Disse que o que era pretendido, era a explicação dos números constantes no relatório, as opções constantes, o seu conteúdo, para que no fim da intervenção do responsável do Executivo, ficassem com as suas dúvidas esclarecidas e não ter necessidade de fazer perguntas. Sugeriu que fossem os técnicos do município a explicar o relatório se os responsáveis do Executivo não se sentem preparados para o fazer, evitando assim, perda de tempo com as dúvidas que os Srs. deputados municipais colocam, posteriormente à explicação incompleta que o Executivo faz. -----

-----Mais, disse que o relatório continua a confirmar tudo o que tem vindo a dizer ao longo do ano, deficientes taxas de execução, despesas de capital, preocupante endividamento a curto prazo, crescente endividamento bruto e líquido (baseado nos números que eram apresentados). Considerou que essa informação, seca e dura, como tinha sido feita, levava-o a dizer, que sem justificações, estavam diante de um “mau rumo”. Solicitou que as falhas assinaladas por ele, numa próxima apresentação do relatório, fossem colmatadas.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Por último, comentou que o relatório da Presidência, não era só o rol das coisas boas que se fizeram, sendo preciso assumir também as coisas que correram menos bem e onde houve falhas. -----

-----Lamentou ainda, não haver referência à actividade da Assembleia Municipal no Boletim Municipal. -----

-----Interveio, o **Sr. deputado Dr. José Garrucho (MAR)**, que manifestou a sua total concordância com as palavras anteriormente proferidas e com as que constavam na acta da Assembleia anterior. -----

-----Acrescentou ainda mais duas notas. Primeiro, começou por solicitar mais detalhe na apresentação dos pontos constantes no relatório. Segundo, pediu algum cuidado nos itens que eram colocados no relatório para justificar actividades. -----

-----Interveio o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, e em resposta ao Sr. deputado Prof. José Frade, disse que estava surpreso por o Sr. deputado ter colocado em causa o número e as contas que tinham sido apresentadas pelos serviços de contabilidade. Disse até que compreenderia se o mesmo tivesse questionado acerca das taxas de execução, se eram baixas ou altas, agora que em relação aos números apresentados, considerou que o relatório estava bem explicado. Afirmou ainda, que se o mesmo consultasse o Plano Plurianual de Investimentos, facilmente percebia onde era gasto o dinheiro, o que era executado e a dívida actual. Assim como se consultasse a execução anual das actividades mais relevantes, veria onde era mais pesado para o município os gastos. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referindo-se à intervenção do Sr. deputado José Garrucho, disse que tinha anotado o reparo para o relatório poder ser aperfeiçoado.-----

-----Por fim, o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** solicitou autorização ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal para passar a palavra ao **Sr. vereador Dr. Miguel Grego**.-----

-----No uso da palavra o **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego** em alusão à intervenção do Sr. deputado Dr. José Garrucho disse que as sugestões eram oportunas, mas que os serviços informavam no relatório a actividade que de facto desenvolviam.-----

-----Prosseguiu e reportando-se à intervenção do Sr. deputado Prof. José Frade, disse que devia haver rectidão e frontalidade nas intervenções na Assembleia Municipal. -----

-----No tocante ao Boletim Municipal, disse ainda que quem fazia o boletim, estava aberto a todos os contributos da Assembleia Municipal. No entanto, nunca tinham recebido da Assembleia Municipal nenhum contributo que pudesse ser inserido no boletim. -----

-----Quanto às eventuais falhas na preparação do relatório, disse que o mesmo, tecnicamente, cumpria todas as normas. Era evidente que alguns deputados teriam mais preparação para “ler” o relatório, pedindo dessa forma à Assembleia, humildade para pedirem explicações, acerca das rubricas, quando não as entendessem.-----

-----O **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** relativamente à análise estrutural da receita, esclareceu que a mesma na rubrica bens e serviços se reportava a fornecimento de água, saneamento, recolha de lixo, venda de terreno, etc.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea b) do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, da alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Mira.**-----

-----O **Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sugeriu que a mesa aprovasse o documento na generalidade, caso fosse esse o entendimento dos Srs. deputados municipais. -----

----- O **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, no uso da palavra disse que mesmo não tendo a acta da anterior assembleia, tinha presente que tinha sido cumprida a deliberação da assembleia. A deliberação da anterior assembleia tinha sido, que até ao dia 31 de Agosto os grupos municipais fariam as alterações que entendessem, a comissão permanente faria uma reunião com os representantes municipais para acertar o consenso, para que na presente assembleia se procedesse à aprovação na generalidade. -

-----Congratulou-se pelo facto de 80% ou 90% da proposta do grupo municipal do PSD ter sido aceite, no entanto disse que ainda existiam alguns pontos que não teria sido possível discutir com os representantes dos grupos municipais, pediu assim ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que os mesmos fossem alvo de discussão naquela Assembleia. -----

-----No uso da palavra, o **Sr. deputado Dr. José Garrucho (MAR)**, concordou com a metodologia de votar o regimento na generalidade e que posteriormente, se discutisse algum ponto que necessitasse de ser esclarecido. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os Srs. deputados Dr. José Garrucho e Prof. José Frade, partilharam ainda da opinião de que se devia melhorar a plataforma de acesso à documentação da Assembleia Municipal, pois a mesma não funcionava muito bem, sugeriram que a mesma fosse enviada directamente para o correio electrónico de cada deputado. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou que os serviços esclarecessem as dúvidas colocadas, pedindo especial atenção para estas questões que considerou cruciais. -----

-----O **Sr. deputado Dr. Paulo Grego**, considerou também que a plataforma apresentava um entrave que precisava de ser resolvida, pelos serviços o quanto antes. Sugeriu que enquanto o problema não se solucionasse, que a documentação fosse distribuída em DVD. -----

-----Relativamente ao procedimento de aprovação da proposta do Regimento Municipal, disse que o grupo municipal do PS, teria deixado nas mãos da comissão as propostas que achavam convenientes. Disseram que estavam de acordo em votar o Regimento na generalidade e se houvesse necessidade, posteriormente discutiriam algum ponto que assim o merecesse. -----

-----No uso da palavra, seguiu-se o **Sr. deputado Pedro Nunes (PSD)**, disse que também partilhava da opinião do voto na generalidade, mas que efectivamente existiriam um ou dois pontos que mereciam que a Assembleia se pronunciasse. -----

-----Interveio o **Sr. deputado Eng.º Calisto Coquim**, explicando as grandes alterações introduzidas por acordo do grupo. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Começou por lamentar a falha no processo (fazer cumprir a deliberação da anterior Assembleia), mas considerou que na essência o espírito teria sido cumprido, assim como os prazos de recolha das propostas e das reuniões tinham sido cumpridos.-----

----- Passou então a explicar os grandes pontos que tinham sido alterados. Primeiro, tinha sido dada mais oportunidade à comissão permanente de ter uma acção mais próxima sobre o desenrolar da Assembleia, dando apoio sobretudo na preparação das grandes Assembleias temáticas. Uma outra alteração, assentou nas intervenções dos deputados nas Assembleias Municipais, informando que tinha sido proposto, que houvesse apoio às minorias. As minorias teriam a prioridade na palavra, ou seja, começava-se nos grupos municipais mais pequenos até aos grupos municipais maiores. Aqui seriam incluídos também os eventuais elementos únicos, aqueles que não pertencem a nenhum grupo municipal. -----

-----Por último, informou ainda, que outra grande alteração consistiu de intervenção na atribuição dos tempos. Foi ainda consignado para o período de “antes da ordem do dia”, que são os líderes dos grupos municipais dentro do grupo, a gerirem da melhor forma o tempo disponível, a ordem e as prioridades, deixando de existir uma inscrição aleatória dos deputados. -----

----- Resumidamente, os principais pontos para a alteração do Regimento da Assembleia Municipal, foram a regra de proporcionalidade, a defesa das minorias e uma melhor gestão do tempo. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Na sequência da exposição apresentada pelo Sr. deputado Eng.º Calisto Coquim (PS), interveio o **Sr. deputado Dr. José Balugas (MAR)**, elogiando a forma elevada e construtiva como decorreram as negociações para se chegar à proposta final de Regimento da Assembleia Municipal com as devidas alterações. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de seguida colocou à votação do plenário o Regimento da Assembleia Municipal na generalidade, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Pediu ainda aos grupos de deputados que identificassem os pontos que gostariam de discutir especificamente.-----

-----Solicitou a palavra o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, que considerou ser necessário a elaboração de uma nova redacção do documento, dado que com as alterações, as remissões deixaram de ter correspondência. -----

-----Relativamente ao artigo 7º do referido Regimento, disse ficar a reserva, quanto à decisão da justificação da falta na tomada de posse, na primeira Assembleia Municipal. Considerou que o referido ponto seria merecedor de alguma ponderação ou que o mesmo voltasse à justificação da falta perante o Presidente da Assembleia Municipal. --

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que fossem identificados todos os pontos do Regimento da Assembleia Municipal, onde os grupos municipais tivessem dúvidas, e o Sr. deputado Eng.º Coquim, na qualidade de presidente da comissão tomaria nota. Posteriormente os mesmos teceriam os devidos comentários, a comissão voltaria a reunir e numa próxima Assembleia Municipal apresentariam o documento para uma votação final. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Posto isto, o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, continuou a sua intervenção, enumerando os pontos do Regimento da Assembleia Municipal, que lhes suscitavam algumas dúvidas. Relativamente ao artigo 20º, na retirada do número 2, considerou que os “pareceres, agendamento, os debates específicos e as perguntas” não tinham muito a ver com a alínea b) “sugerir e pronunciar-se sobre o ponto da ordem de trabalhos”. Além disso a alínea b) dava capacidade aos representantes dos líderes na sua conferência “dar pareceres sobre o agendamento de debate específicos do município”. Considerou que não se tratava da mesma coisa. -----

-----Posteriormente, chamou a atenção para o conteúdo do artigo 23º número 5. No mesmo constava “seguir-se-á um período de perguntas e respostas após ... 02:08:44, o debate será agilizado nos termos que for acordado na conferência .... Dos grupos municipais”. Considerou que o mesmo terá “desaparecido” por proposta da comissão da respectiva alínea c), sendo que no fim da mesma constava “bem como a distribuição dos tempos pelos grupos municipais, nos termos do nº1 do art. 39º para funcionamento destes debates específicos”. Considerou que não está adaptado, que o nº5 do art. 23º continuando a constar “...da conferência de representantes ao período das perguntas e respostas”. -----

-----Considerou que a eliminação da alínea c) só se mantém e o nº 5 do art. 23º “a conferência em debates específicos”, define qual é o tempo para cada debate grupo municipal, ou então a retirada da alínea c), depois tem a confusão no nº5 do art. 23.º,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque continua a dar à conferência de representantes o tempo acordado que desapareceu na alínea c) quando é retirada do art. 20º.-----

-----Continuou, enumerando as referidas correcções para a comissão, tendentes à redacção final do documento. Relativamente aos nº 6 do art.23º que remete para o nº1 do art. 40º, onde o novo nº1 do art. 40º nada tinha a ver com “tempos de intervenção”.--

-----Remeteu ainda para o art. 24º que obedece à situação anteriormente explanada, sendo o que mesmo remete para o nº1 do art.39º e tem de ser modificado, fruto das novas intervenções. -----

-----No art. 26º disse não estar muito correcto dizer-se “pode realizar”, ficando a ideia de arbitrariedade.-----

-----Relativamente ao art. 28º, disse que compreendia a diminuição para 6 horas, mas chamou a atenção, que bastava 4 ou 5 pontos da ordem de trabalhos, pela nova cedência de tempo para se chegar às 6 horas. Chamou a atenção que a introdução do limite de 6 horas poderia dar origem a que não se concluísse a ordem dos trabalhos. Disse haver incongruência entre a utilização dos tempos, limitando-os a 6 horas o que eventualmente os poderia obrigar a continuar a Assembleia Municipal noutro dia. -----

-----Quanto ao artigo 34º, disse que convocar uma sessão extraordinária e avisar os Srs. deputados 3 dias antes era muito difícil, dizendo ser razoável voltar aos 5 dias úteis. ----

-----Ainda no que tocava ao artigo 34, no nº 6, “com excepção...” disse não haver tempo para reunir o grupo municipal. Disse ser impossibilitante para um grupo municipal tomar decisões, chegando os documentos na véspera da Assembleia



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal. Mais considerou que o ponto deveria ser repensado pela Assembleia Municipal. Disse ainda considerar que o nº 7 do referido artigo, era uma contradição do nº6. -----

-----O artigo 38º disse achar ser necessário conciliá-lo artigo 40º -----

-----Uma correcção ao nº1 do artigo 40º, onde constava “na defesa das minorias parlamentares”, disse achar ser “na defesa das minorias municipais”. Ainda, quanto ao artigo 40º, disse compreender o nº2, nº3, nº4 entendia o seu conteúdo, mas não encontrava lógica. Disse ainda considerar que a livre inscrição era a mais correcta -----

-----Na questão dos tempos, houve bom senso, mas quis ressaltar uma situação concreta que na sua opinião deveria ficar salvaguardada em acta, sendo modificada ou criando-se um artigo próprio. Disse que era utópico, que com os tempos considerados no regimento da Assembleia Municipal, havia certos documentos que cortavam a liberdade de serem explorados a sério, nomeadamente: Opções do Plano; Relatório de Actividades; Contas; Orçamento. Referiu que não era nos tempos definidos que iam ter tempo para analisar e esclarecer as dúvidas. Considerou que deveria haver uma regra, que determinasse que na discussão dos documentos (da importância dos referidos), pudessem ser alterados os tempos ou que se definisse uma grelha de tempos específica para a discussão dos mesmos. -----

----- Por último o Sr. deputado chamou a atenção para o artigo 72º, em que havia omissão onde diz “*é fornecido um exemplar a cada membro da assembleia e da vereação da Câmara Municipais*” disse que deveria ser “*é fornecido um exemplar a*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*cada membro da Assembleia e da Câmara Municipal”, porque só refere a Vereação não incluindo o Sr. Presidente. No nº 2 do referido artigo, disse haver uma contradição com o texto que constava no nº1. -----*

*-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, interveio para sugerir que relativamente à duração de 6 horas da sessão, deveria imperar o bom senso e existir a possibilidade da Assembleia deliberar a continuidade da sessão. Poderia haver uma alínea subsequente que poderia dizer “em condições excepcionais a Assembleia Municipal, tem a possibilidade de deliberar sobre o referido ponto”. Seis horas seriam a regra, mas a Assembleia poderia ir além dessa regra e assim ficariam salvaguardados das situações imprevistas.-----*

*-----Interveio o **Sr. deputado Dr. José Garrucho (MAR)**, considerou que era muito importante que a sugestão do Sr. Presidente da Assembleia pudesse ficar contemplada no regimento, acrescentando apenas um pormenor: “que houvesse um limite material dessa prorrogação”, ou seja poder-se prolongar além das 6 horas, mas por um período não superior a uma hora/hora e meia. -----*

*-----No uso da palavra o **Sr. deputado Eng.º Coquim (PS)**, disse que o Regimento previa a alteração/prolongamento dos tempos, só que qualquer grupo municipal, com base no regimento e num tempo pré-estabelecido poderia votar contra.-----*

*-----O **Sr. deputado Dr. José Garrucho (MAR)**, disse ainda que, e reportando-se à intervenção do Sr. deputado Prof. José Frade, efectivamente existiam situações que poderiam decorrer de uma negociação/acordo, entre os grupos municipais, mas haviam*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outros que estavam consignados na lei e que não poderiam de maneira nenhuma serem ultrapassadas, dando como exemplo a deliberação da Assembleia que eventualmente poderá prolongar o tempo da sessão (art. 52º). -----

-----O **Sr. deputado Eng.º Coquim (PS)**, interveio no sentido de dar algum esclarecimento quanto às alterações efectuadas ao Regimento. Disse que a redacção no artigo 3º, nº 2, alínea f), devia ser reformulada. -----

-----Informou ainda que as alterações efectuadas ao Regimento da Assembleia Municipal tinham levado muito tempo a fazer e que a maioria dos pontos teria sido acordada pela comissão. Aludindo à intervenção do Sr. deputado Prof. José Frade, disse que como algumas coisas já teriam sido acordadas pelo grupo, sendo natural que se mantivessem como estavam. No entanto considerou que iria verificar novamente todos os articulados que teriam sido propostos, assim como as correcções. -----

-----Usou da palavra o **Sr. deputado Dr. Paulo Grego (PS)**, que afirmou ter ficado confuso com a metodologia a seguir, a partir daquele momento. Disse parecer-lhe terem “queimado” uma Assembleia, porque havia algumas propostas que teriam sido elencadas, com a qual a bancada municipal do PS não concordava. Questionou como iriam proceder na próxima reunião, se iriam voltar ao mesmo. Ficou decidido enviar as alterações para a comissão até ao dia 1 de Setembro, mas afinal continuavam a existir muitas alterações às alterações. Temeu que se demorasse a concluir o processo. -----

-----De seguida interveio o **Sr. deputado Pedro Nunes (PSD)**, que esclareceu a Assembleia que durante os trabalhos houve pontos que suscitaram dúvidas jurídicas as



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quais foram colocadas à Dr.<sup>a</sup> Carmen, chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. Sugeriu que numa segunda fase, antes de se fazer chegar à Comissão Permanente um novo trabalho com correcções e alterações, os líderes dos partidos se reunissem e em conjunto fossem abordadas as propostas de todos.-----

-----O **Sr. deputado Dr. Paulo Grego (PS)**, interveio novamente, dizendo que o que pretendia que ficasse bem vincado era que era a comissão composta pelos 4 elementos elaboravam a versão final da Proposta de Regulamento.-----

----- **PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea m) de n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, do aditamento ao protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Mira e a “Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e valorização da Ria de Aveiro, S.A.”**

-----Usou da palavra **o Sr. Presidente da Câmara Municipal**, o qual começou por explicar que foi aprovada a celebração do protocolo entre a Câmara Municipal de Mira e a Polis da Ria de Aveiro, em reunião do dia 08/10/2009 e em Assembleia Municipal de 29/12/2009. -----

----- Mais informou que o montante da participação global da Câmara Municipal de Mira era o que estava definido no ponto dois da cláusula quinta, do protocolo e incluía os custos de estrutura e de gestão de intervenção para os anos 2010 a 2013. A comparticipação da Câmara Municipal de Mira estava indicada para todo o período de operação de 2010 a 2013. Para efeitos contabilísticos e de gestão orçamental, era essencial a desagregação da despesa de comparticipação do Município por ano





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

económico. Assim foi proposto que no protocolo fosse inserido um novo ponto, na cláusula quinta, passando a constar o nº3 onde ficaria claramente expresso o montante da comparticipação anual da Câmara Municipal de Mira, com o seguinte faseamento: ano 2010 – 105.218,00€; ano 2011 – 580.174,00€; ano 2012 – 301.020,00; ano 2013 – 116.550,00€ totalizando o montante de 1.102.962,00€ a assumir pela Câmara Municipal, num montante global de 4.300.563,00€. Disse que este protocolo era celebrado no âmbito da intervenção na ria de Aveiro, desde o seu limite norte até Mira, apanhando a beneficiação dos cursos pedonais das valas da Lagoa, à Vala da Cana, Lago do Mar, Barrinha, Cais do Areão, Canal de Mira, etc.-----

-----No uso da palavra o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, afirmou que estava consciente da importância de tal acto. No entanto estava também consciente de mais 1.102.962,00€, do deferimento que estava no tempo. O PSD e o seu grupo tinham reservas quanto à capacidade de intervenção. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre quais as obras já executadas na sequência do projecto, das competências da cláusula 1º e 3ª. -----

-----O **Sr. deputado Dr. José Balugas (MAR)**, começou por dizer que o MAR se congratulava com a concretização do programa e dava os parabéns à Câmara pelo esforço desenvolvido, para que o programa Polis Litoral Ria de Aveiro se estendesse até ao Concelho de Mira, sendo que, em abono da verdade, era o que mais precisava de urgente intervenção na matéria de limpeza e requalificação dos recursos hídricos. Por outro lado, disse que o MAR entendia que qualquer programa com financiamento



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunitário era sempre bem-vindo num Concelho que estava atrasado e não tinha grandes recursos, ou se os tinha não vinham sido devidamente aproveitados e acautelados, fosse por má gestão ou qualquer outra razão. Afirmou ainda que gostariam de ter tido presente na Assembleia um especialista ou alguém que tivesse participado na elaboração do programa e que fosse explicado de forma sucinta aquilo que o mesmo representava para o Concelho, assim como respondessem a eventuais dúvidas. Efectivamente tratava-se de um documento técnico, não teria havido tempo para o analisar e se calhar nem todos estariam preparados para o entender. Disse ainda que como era hábito, a população tinha estado alheada da consulta pública, pois normalmente decorria no maior dos segredos da Câmara e também era verdade que existia alguma apatia por parte dos munícipes tão do agrado, se calhar, do Sr. Presidente. Mesmo instituições que podiam e deviam ter dado uma palavra, como por exemplo o Clube Náutico da Praia de Mira, não foram tidas nem achadas nesta consulta. Apesar de tudo, davam os parabéns ao Executivo pela concretização de um programa daquela natureza e importância para o Concelho. -----

-----Interveio o **Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal**, Eng.º Coquim, reportando-se às intervenções dos Srs. deputados Prof. José Frade e Dr. José Balugas, disse que a intervenção de ambos se referiria mais ao ponto que se seguia, no entanto estariam integradas. -----

----- O **Sr. deputado Dr. Juan António (PSD)**, considerou que o faseamento do pagamento tinha sido uma boa decisão da Câmara Municipal, era óptimo para a gestão



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para serem acautelados os pagamentos pela tesouraria. Questionou se haveria alguma cláusula de forma a controlar a questão, sendo imperioso o referido pagamento, independentemente do desenvolvimento das obras serem executadas. -----

-----Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira**, esclarecendo que no actual ponto se tratava apenas da análise da desagregação da despesa. -----

-----Quanto à questão levantada pelo Sr. deputado Dr. Juan António, informou que o pagamento era feito à medida que as coisas iam sendo feitas. -----

-----Pedi a palavra para o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, no sentido de dar mais esclarecimentos às intervenções dos Srs. deputados. -----

-----Autorizado a intervir o **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego** reportando-se às questões levantadas pelo Sr. deputado Dr. José Balugas, disse que teriam incentivado bastante as associações a participar quanto à questão da discussão pública levantada pelo mesmo, nomeadamente no envio de emails para as associações. Disse que havia necessidade de distinguir duas questões, uma era o plano estratégico onde constavam as grandes linhas orientadoras, sobretudo em termos ambientais e minimização de riscos. No que dizia respeito às acções concretas, informou que não tinha havido uma intervenção muito forte, tendo sido balizados os grandes eixos, constantes do protocolo. A intervenção mais concreta seria aquando da execução dos projectos. Explicou que como a própria Parque Expo não faz os projectos, apenas analisa e valida os cadernos de encargos, os projectista por vezes, surpreendiam, tanto pela positiva como pela negativa. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Informou que já tinham sido abertos vários concursos, a parte do macro estudo já teria sido realizada, a parte dos estudos mais finos já estavam concluídos, assim como a parte de impactos ambientais e actualmente havia a execução de cada um dos projectos específicos de cada uma das acções. Alguns projectos já tinham sido aprovados, os projectistas já tinham sido escolhidos e já se estava na fase do concurso de obra. Informou que havia um cronograma físico e financeiro, de todas as etapas e à medida que cada uma delas era validada e ficava concluída, era disponibilizada a comparticipação financeira. -----

-----Informou também que já tinha sido aberto com a Polis a questão do embelezamento e do arranjo para o caso do Clube Náutico, de acordo com a definição que foi feita para fazer o cais em “L” para poder servir de ancoradouro e abrigo, as sugestões teriam sido todas enquadradas com o projectista. Também a questão do reforço do cordão dunar tinha já sido perfeitamente enquadrado com a ARH no sentido de se perceber o que o POOC permitia ou não fazer. Actualmente tinha-se chegado a um projecto que estava relacionado com a criação do sistema de comportas da vala real, com o objectivo de se colocar mais água a entrar a sul da Barrinha, de forma a dispor de mais fluxo de água. --

-----Disse também que a equipa Técnica do Polis já tinha participado numa Assembleia Municipal para prestar esclarecimentos. Alguns dos actuais deputados, não o eram na altura, daí estar a equacionar a possibilidade da referida equipa vir de novo, numa próxima sessão fazer a apresentação do projecto. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não se tendo verificado intervenções, o assunto foi submetido a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

-----**PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos do disposto na alínea m), do n.º2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da proposta final do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro.** -----

-----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira, referindo que já tinha prestado todos os esclarecimentos sobre o assunto. -----

----- Não se tendo verificado intervenções, o assunto foi submetido a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

-----Pelo Sr. deputado Prof. José Frade (PSD) foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

-----“*Votámos favoravelmente, o Plano Estratégico de Intervenção e Requalificação da Ria de Aveiro, por entendermos ser um instrumento necessário à execução do projecto existente. No entanto continuamos com muitas reservas sobre se foi a melhor opção para a resolução da requalificação desta zona.*” -----

-----**PONTO CINCO: Aprovação, nos termos do disposto da alínea m) do n.º2. do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, do protocolo de colaboração entre o Município de Mira, a Movijovem e o Instituto Português da Juventude.**-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O **Sr. Presidente da Câmara**, Dr. João Reigota, iniciou a sua intervenção tecendo algumas considerações, e relembrando que o executivo já poderia ter resolvido alguns aspectos menos positivos da Praia de Mira, se o actual ponto não tivesse sido inviabilizado na anterior reunião da Assembleia Municipal. Disse que era uma situação complexa, que tinha exigido grande poder de intervenção e de negociação e o máximo a que tinham conseguido chegar para resolver aquela questão era poder intervencionar todo aquele espaço, para que no próximo ano não se apresente o mesmo panorama. -----

-----Usou da palavra o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, reconheceu que a actual situação era desagradável e que não interessava a ninguém. -----

-----Um primeira questão que colocou, sendo que o Concelho de Mira também apresentava outras situações, como o Parque de Campismo do FAOJ, que necessitam de investimento, face ao direito de superfície constituído em 1973. Disse que a Câmara Municipal já devia ter um processo de posse municipal face, certamente, ao não cumprimento por parte da entidade titular do direito de superfície. Estranhou que o espaço tivesse chegado à situação em que se encontrava. Como primeiro esclarecimento, questionou se o Executivo teria algum estudo prévio, a noção dos custos e investimento que seria preciso fazer para cumprir as cláusulas da minuta do protocolo, nomeadamente no nº1. -----

----- Considerou ainda que na minuta do protocolo existiriam duas ou três questões preocupantes, e não gostariam de deixar “Cheque em branco”. Uma delas constava na 2ª



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Clausula, considerou que deveria haver quantificação do tempo, após a assinatura para execução dos trabalhos. -----

-----Na 5ª Cláusula referiu que estavam contempladas algumas obrigações a ter em conta, nomeadamente a “obrigação de disponibilizar à Pousada um conjunto de facilidades para a utilização prioritária...para todos os que tem cartão de alberguista e cartão jovem”, questionando se aquela cláusula poderia contemplar a ocupação quase em pleno, grátis, da Pousada relativamente a alguns investimentos que lá houvesse. -----

-----Ainda no nº2 que diz “ durante a vigência do protocolo [que se presume os 33 anos] a Câmara Municipal compromettesse a adquirir anualmente à Movijovem um plafond de alojamento que será fixado entre as partes” alertou para os encargos com a aquisição do alojamento.-----

-----Por último considerou que havia necessidade de ter mais atenção sobre a minuta, reforçando que a Autarquia já deveria ter intervindo naquele espaço, relativamente ao desleixo em que as entidades promotoras deixaram o mesmo.-----

-----De seguida interveio o **Sr. deputado Dr. Paulo Grego** começando por dizer que a bancada municipal do Partido Socialista estava de acordo com a elaboração do protocolo, lamentavam apenas o atraso processual.-----

-----Referiu ainda, reportando-se à intervenção do Sr. Prof. José Frade que o mesmo certamente não deveria conhecer a Pousada do Parque de Campismo, pois colocava em causa a lotação do Parque de Campismo em função dos utentes do parque. Disse não



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compreender, e questionou o mesmo, quanto ao facto de quem já estava a pagar por estar na Pousada se teria de pagar para entrar no Parque. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado Dr. Juan António (PSD)** que começou por dizer, que se, estava a falar de uma zona com 44 mil metros, considerando que a Câmara Municipal teria feito bem em intervir. Ainda na cláusula 3ª n.º2 “a gestão e exploração pela Câmara Municipal de Mira manter-se-á enquanto vigorar o direito de superfície de que o IPJ é titular sobre o terreno adjacente à Pousada.”, dizendo que findo este, o terreno reverte naturalmente para a Câmara Municipal, dizendo que se estaria diante uma falsa questão. -----

-----Também na Cláusula 5ª, alínea c) questionou se no actual momento a Pousada não estaria a pagar água, saneamento, etc. -----

-----Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego**, começando por explicar o período de concessão. Disse que o deputado Dr. Juan António teria compreendido bem, enquanto há direito por parte do 2º outorgante, depois quando o mesmo perder os direitos, tudo passa para a propriedade plena do município. -----

----- Explicou que “em cima” do espaço municipal que é o Parque, teriam sido criadas algumas “embrulhadas”. Primeiro passou para o FAOJ, depois para o UPJ depois para o IPJ. Segue-se a criação de uma entidade que é a Movijovem, com uma construção que está em cima de um terreno para o qual a Movijovem não tem titularidade sobre o mesmo. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Explicou que a Pousada estaria aberta pouco tempo, mas que tinha muita rentabilidade para a Movijovem, pois a mesma não fez lá quase nenhum investimento, mas que o facto de estar muito próximo do mar traz muita rentabilidade para a Movijovem. Explicou que o valor de 650.000,00€ era o valor estudado pela Movijovem, pelo IPJ e pela Câmara Municipal, para a revitalização daquele parque de acordo com as leis do campismo actualmente em vigor. Informou ainda que a Câmara Municipal entende/pretende escolher um parceiro para o referido Parque que não faça lá exclusivamente um parque de campismo, daí se ter colocado a cláusula de que o referido parceiro para aquela zona ter de fazer aquilo que não há na Pousada, nomeadamente a questão da alimentação e de infra-estruturas de apoio (ex-piscina). Disse que se queria fazer era alterar as condições do parque, tendo-se conseguido chegar a um consenso depois da resolução das questões jurídicas subjacentes ao presente acordo. Têm de ser três entidades a chegar a consenso, com o pormenor de ter de ficar salvaguarda a possibilidade da Câmara Municipal concessionar o espaço. A Câmara não pretendia o espaço como estava, mas também não sabia se tinham capacidade para gerir mais um espaço de campismo naquela zona, daí ter de surgir algo de alternativo, a curto espaço, com a devida autorização da Autoridade Florestal Nacional. Ainda uma outra questão de entrave, já explicada em anteriores reuniões de Assembleia Municipal, era o facto do caseiro que ainda habitava na casa à entrada do parque, e que não queriam desalojá-lo. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Por último disse que todos se deviam congratular por se ter chegado a “bom porto”, porque o parque iria deixar de estar abandonado, havia de surgir um projecto que seria presente à Câmara aquando da elaboração do caderno de encargos para uma concessão de exploração, e que depois viria qualificar o turismo, sobretudo os equipamentos destinados à Juventude no Concelho. -----

----- O **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, solicitou ao Sr. Presidente da mesa que lhes fosse concedido uns minutos para a bancada municipal do Partido Social Democrata decidir o sentido da votação. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa Assembleia Municipal concedeu o tempo solicitado, sendo a sessão interrompida por 20 minutos. -----

-----Após os Srs. deputados municipais da bancada municipal do Partido Social Democrata terem retomado à reunião e não se tendo verificado mais intervenções, o assunto foi submetido a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

-----Pelo **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)** foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

----- *“O voto favorável é baseado na boa fé do interesse municipal, mas queremos dizer que mantemos as nossas reservas relativamente às questões levantadas no articulado da minuta e além disso, apresentaremos no tempo devido, um complemento de declaração de voto para constar em acta”*.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**-----PONTO SEIS: Autorização, nos termos da alínea h), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, para a suspensão da tarifa de disponibilização e utilização do serviço público de drenagem de águas residuais na Rua Dr. João Simões Cúcio, em Portomar. -----**

-----Sobre este ponto, usou da palavra o Sr. vereador Dr. Manuel Martins, informando que era uma taxa que estava a ser cobrada aos munícipes da referida rua, mesmo ainda não tendo os serviços prestados. -----

-----Para melhores esclarecimentos, pediu ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a palavra para o Sr. Eng.º Rui Silva, chefe da Divisão das Obras Municipais.

-----Autorizado a intervir, o Sr. Eng.º Rui Silva, começou por explicar que a referida rua estava servida com o saneamento e que o mesmo estava ligado à rede da SIMRIA. O que acontecia era que na altura, no critério do projectista, foram feitas as caixas de ramal para cada duas habitações, colocadas no limite dos dois prédios. Teria entrado agora em funcionamento e a Câmara Municipal solicitou às pessoas as taxas de saneamento juntamente com a água. O que estava a acontecer era que as pessoas estavam com dificuldades em ligar o saneamento, porque onde vai sair o saneamento será, sensivelmente a meio da casa, e a caixa de ramal está no limite da propriedade. Existe um troço (entre a saída do saneamento da habitação e a caixa de saneamento) que já se encontra no espaço público. Surgiu uma dificuldade, as pessoas dizem que não lhes compete a elas fazer esse troço (já dentro do passeio), sendo que efectivamente de terreno público da responsabilidade da Câmara. Entretanto a Câmara começou a cobrar



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a taxa antes de essa situação ser resolvida, sendo que para abreviar a questão, efectivamente resolver-se estes problemas e depois começar a cobrar a taxa. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, lastimou a questão apresentada. Primeiramente um relatório do Eng.º Rui, datado de Outubro de 2009, que passado um ano vem a deliberação da Assembleia para resolução. Depois, classificou todo aquele atraso, como o desleixo na altura da obra feita pelo serviço da fiscalização. Disse que esta situação iria levar à perda de receitas da autarquia. -----

-----Usou da palavra, no uso de direito de resposta o **Sr. vereador Dr. Manuel Martins**, explicando que a proposta era para corrigir um erro e que não era justo os municípios estivessem a pagar uma taxa sobre serviços que não usufruíam. -----

-----Não se tendo verificado intervenções, o assunto foi submetido a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----**PONTO SETE: Fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Lei das Finanças Locais, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); Derramas e participação em IRS.** -----

-----Tomou a palavra sobre este ponto o **Sr. vereador Dr. Manuel Martins** começando por dizer que a proposta era o valor do imposto municipal sobre o IMI em que iriam manter os 4%, o IRS 0,4% e os prédios urbanos avaliados em regime anterior em 0,7% e a participação de IRS em 5%. -----

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, que começou por contestar a redacção da proposta apresentada. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Pedi a confirmação da proposta e da justificação legal. Questionou se não se confirmava que o Decreto-Lei nº 287/2003 tinha sido alterado pela Lei nº 64/2008 de 5 de Dezembro, que alterou as taxas previstas no art. 112.º do Código do CIMI. Afirmou que, segundo lhe parecia, conforme o art. 112º da Lei supracitada, as taxas a partir de 1 de Janeiro de 2008 dos prédios rústicos eram de 0,4% a 0,7% e os prédios urbanos eram de 0,2% a 0,4%. Questionou se a justificação apresentada seria baseada no Decreto-Lei nº 287/2003 que julgava alterado pela Lei nº 64/2008, gostando de saber se se confirma ou se era erro de interpretação. Na sua perspectiva a interpretação estava errada. Sendo que estavam a ser aplicadas as taxas máximas, a bancada municipal do Partido Social Democrata, sugeriu que, ou o Executivo alterava a sua proposta e passava a aplicar as taxas um ponto percentual abaixo da máxima, passando as taxas para 0,6% e para 0,3% ou então a referida bancada apresentaria essa proposta.-----

-----No sentido de responder ao Sr. deputado Prof. José Frade, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, dizendo que, e no seguimento do proferido pelo Sr. deputado, as taxas que estavam a ser aplicadas eram as máximas, mas que estavam dentro da Lei. -----

-----No uso do direito de resposta, usou da palavra o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, dizendo que aquando da sua intervenção se referia à justificação que era feita pela Autarquia e à justificação que era feita na proposta, que não teria dito que as taxas estavam fora da lei, mas sim, que a taxa que estava proposta era a máxima. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Por último pediu a confirmação qual a legislação em vigor, se a Lei n.º 64/2008 de 5 de Dezembro ou o Decreto-Lei n.º 287/2003, para depois se tirar as conclusões de qual a lógica que a autarquia pretendia seguir. -----

-----Seguidamente interveio o **Sr. vereador Dr. Manuel Martins**, nos termos do disposto no n.º5 do art.º112 do CIMI, os municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal fixam a taxa a aplicar em cada ano dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º1. Ao abrigo do n.º 3 do supra referido artigo as deliberações que determinam as taxas a aplicar deveram ser comunicadas à Direcção dos Impostos até 30 de Novembro. A Lei n.º 2/2007, Lei das Finanças Locais, no n.º1 do art.º 14º dispõe que os municípios podem deliberar e lançar anualmente uma derrama até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas a IRC. O mesmo diploma nos n.º 1 e nº2 do art.º20 determinam que em cada ano as autarquias têm direito a uma participação variável até 5% que pode ter uma redução máxima até 3% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial no âmbito da repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais. A participação em apreço dependia da deliberação do município, devendo a comunicação ser feita por via electrónica à Direcção Geral dos Impostos até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. Mais, dispõe o n.º1 do art.º 112.º do CIMI que as taxas de imposto municipal sobre imóveis são as seguintes: Prédios rústicos 0,8%; prédios urbanos 0,4% a 0,8%; prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI de 0,2% a 0,5%. -



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse ainda que os valores eram iguais aos apresentados nos anos anteriores. -----

-----Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado Dr. Juan António (PSD)**, dizendo que o que estava em causa era que estavam a fazer apelo a um artigo em que o clausulado teria sido alterado pela Lei. O documento que os serviços administrativos e jurídicos teriam apresentado estava baseado num artigo cujo clausulado teria sido alterado. Disse ainda que podiam num espírito de bom senso chegar à conclusão, e votar os valores. Mas que ficava registado que o que esteve na base, a informação, não estava correcta. Que estava a votar algo em que não houve uma preparação cuidada porque a Lei entretanto teria sido alterada. -----

-----Interveio de seguida o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, afirmou que estava esclarecido que a justificação não estava de acordo com a Lei. Mas alertou ainda para uma outra agravante, pois a legislação reportava efeitos a Janeiro de 2008, e em 2009 a Autarquia não se encontrava fora da Lei, mas teria aplicado aos munícipes as taxas máximas. -----

-----Seguiu-se o **Sr. deputado Dr. José Balugas (MAR)**, disse que na sua opinião, dada a crise instalada, não fazia muito sentido, que a Câmara Municipal de Mira estivesse a cobrar o referido imposto. No seu entender, deviam baixar o imposto, porque não devia ser num momento de crise que se devia agravar o imposto, mas sim aliviar essa carga. Afirmou ainda, que tanto aplicar o valor máximo como um valor próximo do máximo seria errado, devendo seguir o exemplo da maioria das Câmaras do país que baixou o IMI. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. deputado Dr. Paulo Grego (PS)**, que relativamente à proposta, se efectivamente constava a incorrecção solicitou que a mesma fosse corrigida e admitida pela Assembleia. Mas, disse ainda, que não constava em lado nenhum da proposta, que a Câmara de Mira não estava a ir pelo máximo, daí considerar que a Câmara Municipal não teria de alterar nada. -----

-----Reportando-se ao proferido pelo Sr. deputado do grupo municipal do MAR, foi com grande admiração que ouviu a afirmação de que a maioria dos municípios teria baixado o IMI, pois segundo era do seu conhecimento, os municípios que o teriam feito, era porque estavam em incumprimento com a Lei, pois estariam a aplicar uma taxa de 0,8% vendo-se obrigados a baixar a taxa para 0,7%. -----

-----Interveio novamente o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, disse que o Município de Mira já tinha baixado o imposto, de 0,5% para 0,4% pelo menos no novo CIMI, nos prédios urbanos. Evidentemente se existia um lapso, teria de ser corrigido, se a Assembleia o permitisse. Disse que era imperioso votar e apelou à Assembleia a tomada da deliberação acerca da referida proposta, pois a mesma teria de ser comunicada até 30 de Novembro à Direcção Geral de Impostos. -----

-----Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, começando por dizer, que teria sido dito que em lado nenhum constava na proposta que a Câmara Municipal optaria pelo máximo ou mínimo de taxas a aplicar. Disse que não era correcto, pois se a Câmara Municipal quisesse taxar pelo máximo teria proposto 0,8%, porque foi nessa base que se teria fundamentado. Considerou que a intenção da





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara não teria sido deliberar pelo máximo, pois se assim tivesse sido, teria proposto à assembleia 0,8% e 0,5%.-----

-----Interveio o Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal, pois não se tendo verificado mais intervenções, submeteu o assunto a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 1 votos contra, 7 abstenções e 11 a favor. -----

**-----DECLARAÇÃO DE VOTO:-----**

-----Pelo **Sr. deputado Dr. José Balugas (MAR)** foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

-----*“Ao propor a esta Assembleia taxas tributárias do IMI que são muito perto dos valores máximos que a Lei prevê, a Câmara Municipal não tem em conta as dificuldades das populações, que vira a cara à dura realidade que acabamos de expor. Nesse sentido, os autarcas do MAR, não podem aprovar as taxas agora apresentadas e defendem antes, a aplicação no Concelho conforme o CIMI, de taxas agravadas para o dobro ou em 30%, respectivamente para os edifícios que estão devolutos ou em estado de degradação. Isto é, os que não cumpram a função social a que se destinam.”* -----

-----Pelo **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)** foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

-----*“Quiseram reafirmar no sentido da sua votação, dentro do critério que disseram, perceberam o impacto do que eram as receitas da autarquia, a sua utilização e o efeito que tem. Quis deixar sublinhado, a dualidade de critérios que foi transferido da última assembleia para a actual. Repetiu, que a proposta da Câmara Municipal, era não taxar*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*pelo máximo, mas actualmente podiam afirmar que proposta na Câmara era taxar pelo máximo o IMI e intervenção de prédios rústicos.”-----*

-----Pelo **Sr. deputado Dr. Paulo Grego (PS)** foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

*-----“A declaração de voto era no sentido de votar favoravelmente, tal como teriam feito na taxa passada, uma vez que havia manutenção dos valores relativamente ao ano anterior e reafirmou que o facto de não cobrar a derrama, estava patente a prova de apoio à família, porque ao manter as empresas em Mira, garantidamente também tinham os seus postos de trabalho.”-----*

-----**PONTO OITO: Aprovação nos termos da alínea n), do n.º 2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugadas com a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e D.L n.º 116/84, de 06 de Abril, na actual redacção, da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2010.-----**

-----Sobre este ponto, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, que começou por dizer que, a evolução global dos recursos humanos do município constava de desvinculações do serviço, designadamente por aposentação, por falecimento e ainda por aplicação de penas disciplinares nos anos de 2009 e 2010. Constavam ainda as admissões que se traduziram no preenchimento de postos de trabalho por tempo indeterminado. A análise destas oscilações permitia concluir que era negativa a evolução global dos recursos humanos. O próprio legislador no n.º 4º do art.º 14º da Lei que aprovou, o regime de contrato em funções públicas disse “quando a duração de um



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contrato a termo seja superior a 5 anos, isso equivale ao reconhecimento pela entidade empregadora da necessidade de ocupação do posto de trabalho por tempo indeterminado, e a consequente alteração do mapa de pessoal de forma a prever aquele posto de trabalho”. Tendo em conta esta determinação o Executivo tinha optado por efectuar uma pequena alteração “cirúrgica” ao mapa de pessoal de modo a acautelar apenas a prestação de serviços mínimos indispensáveis, destinados a manter alguns serviços abertos ao público. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Prof. José Frade (PSD)**, disse que não concordava com o Sr. Vereador, quando adjectivou a alteração do mapa de pessoal como “cirúrgica”. Considerou ainda que as alterações derivavam de uma gestão interna, que certamente não era para melhor serviço, mas sim para outros fins. Assim sendo, informou que como era costume da bancada parlamentar do Partido Social Democrata, se iriam abster quanto à matéria em causa. -----

-----Interveio, seguidamente o **Sr. deputado Dr. Juan António (PSD)**, fazendo um repto à Assembleia Municipal, para se fazer o exercício, de se verificar o número de funcionários que tem a Câmara Municipal pela população que tem o Concelho, verificando os rácios com a média do país. -----

-----O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal**, reportando-se à intervenção anterior, e no sentido de ajudar o raciocínio, informou que para 5 entradas tinha havido 31 saídas. Considerou que havia uma objectiva diminuição de funcionários na Câmara Municipal de 26 para período homólogo. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. vereador Dr. Miguel Grego** para responder às questões levantadas. -----

-----Começou por explicar as alterações do Mapa de Pessoal. Que a obrigatoriedade legal de criar o lugar por tempo indeterminado, advinha do facto de terem sido feitos os cinco anos por termo resolutivo. Se tal não fosse feito, a Câmara Municipal ficaria impedida de continuar com as respectivas funções. Reforçou que era errado, pensar que se estavam a criar mais cinco lugares, pois esses lugares existiam já no mapa de pessoal, mas como postos de trabalho a termo resolutivo, não havendo nenhum acréscimo de despesa e de funções, nem de pessoal. -----

-----No que respeitava ao exposto pelo Sr. Dr. deputado Juan António, o Sr. vereador, informou que os lugares por transferência, processo disciplinar, caducidade de contrato e os restantes por reforma, deixaram de estar no Mapa de Pessoal e nem sequer teriam sido providos. -----

-----Reiterou não ter problema em assumir que seria muito fácil prescindir de pessoas, mas se já assim os pais do Seixo tinham de servir as refeições, havia que fazer opções. -

-----Não se tendo verificado mais intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 9 abstenções e 11 votos a favor. -----

-----Terminada a agenda de trabalhos da sessão, foi solicitada ao plenário autorização pelo **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

**ENCERRAMENTO:** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezanove horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

-----

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_